

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 162.515 - GO (2018/0316694-5)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
SUSCITANTE : **JUÍZO DA 6A VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA - GO**
SUSCITADO : **JUÍZO FEDERAL DA 4A VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS**
INTERES. : **FLAVIO HENRIQUE CRISPIM BRAGA**
ADVOGADOS : **THIAGO MATHIAS CRUVINEL - GO011702**
: **PETTERSON DE OLIVEIRA ARRAES - GO039408**
INTERES. : **CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE GOIAS**
ADVOGADOS : **MARCUS VINÍCIUS MACHADO RODRIGUES - GO017307**
: **LUCAS RORIZ REIS - GO024722**

DECISÃO

Trata-se de conflito de competência entre o JUÍZO DA 6ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA/GO, o suscitante, e o JUÍZO DA 4ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS, o suscitado.

Consta dos autos que foi interposta ação trabalhista por FLÁVIO HENRIQUE CRISPIM BRAGA, admitido por concurso público em 09/12/2013, sob o regime celetista, para o cargo de assistente administrativo do Conselho Regional de Enfermagem de Goiás – COREN/GO, sob o argumento de que na mesma data em que foi eleito como diretor do sindicato da categoria, em 12/03/2018, foi instaurado processo administrativo disciplinar que culminou com sua demissão por justa causa, em 11/06/2018. Pleiteia a nulidade do processo administrativo, da demissão, bem como indenização por danos morais.

A ação foi distribuída na Justiça Federal, que, declinando da competência (e-STJ fls. 579/580), determinou o encaminhamento dos autos à Justiça Especializada que, por sua vez, suscitou o presente conflito (e-STJ fls. 669/679).

Manifestou-se o Ministério Público Federal pelo conhecimento do conflito, para que seja declarado competente o Juízo suscitado (e-STJ fls. 689/702).

Passo a decidir.

Nos termos do art. 34, XXII, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, o relator poderá "decidir o conflito de competência quando for inadmissível, prejudicado ou quando se conformar com tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral, a entendimento firmado em incidente de assunção de competência, a súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal, a jurisprudência dominante acerca do tema ou as confrontar".

Dito isso, o autor pleiteia a reintegração às funções de assistente administrativo do COREN/GO, bem como recebimento de indenização por danos morais, ressaltando sua estabilidade sindical, bem como que a demissão por justa causa se deu por Processo Administrativo Disciplinar que deve ser considerado nulo.

Nesse contexto, observo que as cópias da CTPS (e-STJ fls. 39/42), do contrato de trabalho (e-STJ fl. 45), e da Portaria n. 4.430/2018, que dispôs sobre a demissão por justa causa (e-STJ fl. 572), definem que a contratação foi regida com observância dos dispositivos da CLT.

Esses elementos, portanto, conduzem à conclusão de que, tendo a relação jurídica estabelecida entre as partes observado o regime celetista, a competência para julgamento da ação há de ser conduzida à Justiça laboral. Nesse sentido, as decisões monocráticas: CC 143.103/SP, Relator Ministro HUMBERTO MARTINS, DJe 15/10/2015; CC 151.370/SP, Relator BENEDITO GONÇALVES, DJe 07/06/2017.

Ante o exposto, com arrimo no art. 34, XXII do RISTJ, CONHEÇO do conflito para declarar a competência do JUÍZO DA 6ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA/GO, o suscitante.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator